

2 GÊNERO

O termo gênero vem do Latim *genus*, que significa “nascimento”, “família”, “tipo”. Tradicionalmente, o termo gênero é utilizado como um conceito gramatical de classificação de palavras, dividindo-se entre: masculino, feminino e neutro. Embora em sua origem grega, *genos* e *geneā*, o termo também fizesse referência ao sexo, foi somente a partir do século XV que esta associação passou a ser mais utilizada, ou seja, o termo gênero passou a ser sinônimo do sexo biológico dos indivíduos. Conseqüentemente, os termos masculino e feminino tornaram-se especificações do gênero, sendo o primeiro empregue aos machos e o segundo as fêmeas (Merriam-Webster Online Dictionary; Online Etymology Dictionary; The American Heritage Dictionary of the English Language, 2000; The New Oxford Dictionary of English, 1998).

Até o século XVIII, o modelo unissex dominava a forma de se pensar os sexos, isto é, acreditava-se que os corpos dos homens e das mulheres tinham órgãos genitais iguais, sendo que nas mulheres localizava-se no interior do corpo. Durante a vigência deste modelo, o gênero era concebido como uma categoria cultural, ser homem ou ser mulher era uma condição social, enquanto que o biológico, o corpo, não determinava nada, era apenas um epifenômeno. Neste modelo de unicidade sexual, a diferença entre os sexos se dava em grau e não em natureza. A hierarquia se justificava por um dualismo qualitativo, onde o homem era a referência de perfeição (Laqueur, 1990).

O modelo de dois sexos em oposição, que predomina até hoje, surgiu no final do século XVIII. Alguns pensadores, impulsionados pelas descobertas da anatomia, que permitiu desvendar os corpos e reconhecer as diferenças biológicas um século antes, começaram a insistir na distinção radical entre os sexos, afirmando inclusive que homens e mulheres diferem física e moralmente.

Conforme cita a historiadora Schiebinger (1987), estudos do esqueleto salientavam diferenças entre os sexos. Descrevia-se, por exemplo, que a mulher, por ter um crânio menor, teria menos capacidade intelectual e, portanto, menos condições de participar dos domínios do governo, comércio, educação, ciência.

Segundo autores como Foucault (1977, 1984) e Laqueur (1990), estas

descobertas anatômicas serviram perfeitamente aos interesses da burguesia democrática iluminista, que precisava justificar a desigualdade entre homens e mulheres. Como salienta Costa (1995), embora se exaltasse, no final do século XVIII, a teoria jurídica do jusnaturalismo, segundo a qual todos são iguais por natureza e, por isso, teriam os mesmos direitos jurídicos-políticos, os homens brancos e metropolitanos da época, não querendo admitir às mulheres, assim como aos povos colonizados e aos negros, direitos iguais aos seus, buscaram na natureza justificativas racionais para as desigualdades exigidas pela política e pela economia da ordem burguesa dominante.

Deste momento em diante, surgiriam cada vez mais estudos no campo das ciências naturais que reafirmavam diferenças entre homens e mulheres. Neste processo, ao mesmo tempo em que o sistema binário de dois sexos se fortalecia, ajudava a estabelecer as desigualdades morais e políticas entre homens e mulheres (Costa, 1995).

Conforme Costa (1995), buscando estender as diferenças político-econômico-morais presentes na distinção entre os sexos para além do sistema reprodutor, criou-se ao longo do século XIX um outro constructo, a noção de “instinto sexual”. Este constructo vinha regulamentar o que era normal e patológico em matéria de sexo. Concebido sob a luz da ideologia evolucionista vigente na época, estabeleceu a distinção entre homossexualidade e heterossexualidade, sendo a primeiro sinônimo de patologia e o segundo a norma para as relações sexuais saudáveis.

Se antes a sodomia era uma possibilidade a qualquer indivíduo que se entregasse a libertinagem, agora era o comportamento de um grupo desviante. Os homossexuais, segundo Costa (1995), passaram a serem descritos da mesma forma que as mulheres o eram até o século XVIII, ou seja, como homens invertidos. Começaram a surgir cada vez mais estudos tentando explicar esse desvio de conduta e tentativas de corrigi-lo.

Assim, ao final do século XIX e início do século XX, a compreensão de sexo como um sistema binário de oposição heterossexual já estava consolidado. Com a biologia justificando epistemologicamente os preceitos sociais, homens e mulheres passaram a viver cada vez mais em mundos diferentes. As mulheres, sendo dotadas de ovário e útero, foram consagradas com a função maternal e ficaram restritas ao lar, aos cuidados, à educação dos filhos, e à representação fiel

da moral e dos bons costumes. Ao homem, por sua vez, foram destinadas a produção e a política, ou seja, a vida pública (Badinter, 1993; Costa, 1995).

As ciências sociais, durante muito tempo ainda, foram indiferentes às questões sobre distinção sexual e o relacionamento entre os sexos. Na Psicologia, as pesquisas voltavam-se, sobretudo, para o desenvolvimento de teorias de processos psicológicos de aplicabilidade universal. Entretanto, era comum observar amostras constituídas especificamente de homens, sendo a preferência por este sexo explícita e inexplicada. Alguns estudos defendiam o uso de sujeitos homens, pois os resultados deles nas pesquisas eram sempre compatíveis com as hipóteses levantadas, ao passo que os resultados das mulheres não. Assim, enquanto os homens representavam a norma, as mulheres constituíam uma população sem critério e menos interessante (Spence et al., 1985; Thorne, 2001).

Em 1930, surgiu nas ciências sociais uma das teorias mais relevantes para explicar os comportamentos sociais, a Teoria do Papel Social. Esta teoria afirma que o comportamento humano é guiado por expectativas de conduta mantidas tanto pelo indivíduo como pelas outras pessoas. As expectativas que se têm sobre os indivíduos decorrem dos papéis sociais que eles adotam. Os papéis consistem num grupo de regras ou normas que servem de roteiro para comportamentos direcionados, como por exemplo, o ser mãe, amigo, ou médico. O papel determina que metas devem ser perseguidas, que tarefas devem ser realizadas, e que performance é necessária em determinado cenário ou situação. Através do processo de socialização, os indivíduos aprendem sobre as normas e condutas de cada papel, ou seja, as pessoas teriam noções pré-concebidas das expectativas implícitas a cada papel, tornando-os, em parte, previsíveis.

Normalmente as pessoas gerenciam vários papéis. A Teoria do Papel Social considera que a maioria dos comportamentos observados no cotidiano decorre da execução de papéis, os quais são encenados pelos indivíduos da mesma forma que um ator atua num palco. A teoria também argumenta que para mudar significativamente um comportamento é necessário mudar o papel. Considerando que as pessoas procuram ficar em conformidade com seus papéis, ao alterá-los, se modificariam também as atitudes e crenças deste, tornando a mudança de comportamento mais consolidada.

Por permitir relacionar de forma eficiente a idéia de um lugar na estrutura social com a idéia de normas culturais, o conceito de papel transformou-se

rapidamente num dos termos mais convencionais dentro das ciências sociais até a década de 1950. Muito se produziu na área acadêmica com o surgimento deste conceito, especialmente no que se referiam às relações entre os sexos. O papel sexual era compreendido como grupos de expectativas que se tinha sobre os sexos, que no caso seriam apenas dois, macho ou fêmea. Sob esta perspectiva, a masculinidade e a feminilidade eram interpretadas como o papel sexual internalizado, o produto da socialização (Connell, 1995).

Conforme Connell (1995), uma das declarações mais sofisticadas na década de 1950 sobre papéis sexuais foi de Parsons (Parsons e Bales, 1956). Ele defendia que o papel feminino era expressivo, responsável por preencher funções internas da família, como manter a proximidade das relações entre os parentes, cuidados com a casa e com os filhos, e o papel masculino era instrumental, responsável por manter as funções externas da família, como prover suporte financeiro. Segundo este modelo, homens e mulheres viveriam em mundos bem diferentes, legitimados por seus distintos papéis sexuais.

Conceber a masculinidade e a feminilidade como papéis sexuais internalizados permitia pensar em mudança. As normas dos papéis derivavam de fatos sociais, logo, processos sociais poderiam alterá-los. E, durante algum tempo, a idéia de mudança dos papéis sexuais transformou-se num tema central de muitas discussões nas ciências sociais. Porém, salienta Connell (1995), para a maioria dos teóricos sobre papel sexual da época, os papéis eram bem definidos, a socialização ocorria harmoniosamente, e o aprendizado do papel sexual era algo muito bom. Eles alegavam que a internalização do papel sexual contribuía para a estabilidade social, saúde mental e para a performance de atividades sociais necessárias, ou seja, eles assumiam total concordância entre instituições sociais, normas de papel sexual e personalidades reais.

Neste período, pós Segunda Guerra Mundial, também começaram a emergir teorias psicodinâmicas de identidade, que substituíam o termo aquisição por desenvolvimento e voltavam-se para o estudo de certos traços e atitudes inatas, livres de qualquer influência cultural (Smiler, 2004).

Salienta-se que nesta época o conceito gênero, que até então era sinônimo de sexo, começa a receber uma perspectiva mais sociocultural. O termo papel de gênero passou a ser empregado em alguns estudos substituindo do termo papel sexual e, conforme o sexologista Money:

The term gender role is used to signify all those things that a person says or does to disclose himself or herself as having the status of boy or man, girl or woman, respectively. It includes, but is not restricted to, sexuality in the sense of eroticismo (Money, 1955, p.254)¹.

Apesar da presença de estudos salientando a organização sociocultural da sexualidade, a identidade sexual, com comportamentos e atributos do papel sexual, era percebida ainda como natural ao sujeito. Os comportamentos que não estavam em conformidade com os órgãos genitais eram vistos como distúrbios emocionais ou desvios sexuais. A idéia de diferença de gênero originava-se ainda nas diferenças biológicas e encontrava, em parte, apoio na comunidade científica, como em alguns trabalhos antropológicos do século XIX, que descreviam a vida imaginada de sociedades paleolíticas da caça-coleta para explicar a evolução das diferenças de gênero. No caso, a mulher teria ficado privada do poder e do âmbito público devido à necessidade de cuidar da prole.

Porém, os movimentos feministas de 1960 lançaram luz sobre estas questões. Psicólogos, junto com outros cientistas comportamentais e sociais, começaram a estudar sobre a natureza do homem e da mulher, o valor funcional do sistema de papéis sexuais e a relação entre os sexos de forma detalhada (Spence et al., 1985; Thorne, 2001).

2.1

A segunda onda do movimento feminista e o Estruturalismo

Na década de 1960, o movimento Estruturalista, que se tornou cada vez mais proeminente na França após a Segunda Guerra Mundial, começa a expandir-se pelo mundo. Substituindo o pensamento existencial vigente nas décadas de 1940 e 1950, o Estruturalismo opunha-se a noção radical de liberdade e escolha, e estabelecia o comportamento humano como determinado por diversas estruturas. Muitos acreditavam que o Estruturalismo oferecia uma abordagem singular e unificada sobre a vida humana que abarcaria todas as disciplinas.

O Estruturalismo, buscando as normas, códigos e sistemas subentendidos que governavam os fenômenos sociais, dominou vários campos de saber e

¹ O termo papel de gênero é usado para significar todas as coisas que uma pessoa diz ou faz para se expor como tendo o status de menino ou homem, menina ou mulher, respectivamente. Isto inclui, mas não está restrito, a sexualidade no sentido do erotismo (tradução nossa).

propiciou muitas produções teóricas. Na literatura, Barthes e Derrida buscaram compreender como o pensamento estruturalista se aplicava aos textos literários. Lacan, combinando os estudos de Freud e Saussure, aplicou o estruturalismo aos estudos da psicanálise, e Piaget, de uma forma diferente, o aplicou a psicologia. Foucault, por sua vez, examinando a história das ciências, observou como as estruturas da epistemologia moldavam a forma como as pessoas imaginavam o conhecimento e o saber (Dosse, 1991, 1994).

As feministas, buscando defender seus interesses e objetivos, estabeleceram a categoria mulher como o mais recente sujeito político coletivo. Ao mesmo tempo, este movimento transformou a mulher no mais novo objeto de estudo. Não foram poucas as pesquisas, nem abordagens e pontos de vista problematizando a condição da mulher. Entretanto, todas tinham em comum a tentativa de desnaturalizar e historicizar a subordinação delas (Butler, 2003).

Os primeiros estudos de desnaturalização procuraram origens históricas para a subordinação feminina. A partir do saber produzido teorizou-se sobre as causas da opressão da mulher. Entretanto, as causas e as origens apontadas variaram tanto quanto as filiações teóricas dos pesquisadores. O determinismo biológico, por exemplo, que teve grande relevância nos estudos de 1960 e 1970 sobre a opressão da mulher, supunha que as diferenças biológicas justificavam as diferenças sociais. O determinismo biológico, uma das abordagens mais famosas do essencialismo, concebe que o ser é definido pelo biológico e que a masculinidade e a feminilidade são pura expressão da natureza.

Assim, até 1970, a masculinidade e a feminilidade eram explicadas principalmente pelo determinismo biológico e pela teoria do papel sexual de gênero. Esta última supunha que homens e mulheres, no esforço de alcançarem maior maturidade, tentam ativamente adquirir certos atributos que afirmam sua identidade biológica. Segundo Smiler (2004), adotava-se ainda uma perspectiva de oposição bipolar entre os gêneros, e descrições da masculinidade e da feminilidade ainda similares às encontradas no começo do século XX.

No início da década de 1970, quando a segunda onda do movimento feminista começou a invadir as universidades, os estudos voltaram-se para grupos de homens ou mistos, mas nenhum especificamente sobre mulheres. Eram poucos os estudos sobre gênero e todos buscavam teorizar sobre a complexa dinâmica dos sexos afirmando diferenças dicotômicas. Porém, as feministas não tardaram em

denunciar que, apesar do discurso dos estudiosos ser de inclusão, estavam na realidade perpetuando suposições machistas (Citeli, 2001; Petersen, 2003; Simião, 2002; Thorne, 2001).

Sob esta perspectiva, Maccoby e Jacklin publicaram, em 1974, o *The Psychology of Sex Differences*, um dos trabalhos mais significativos sobre estudos de gênero até então realizados. Através de uma revisão de mais de 1400 estudos empíricos sobre diferenças de gênero, que comentavam mais de 80 traços de personalidade e habilidades cognitivas, as autoras concluíram a existência de diferenças de gênero somente em 4 domínios, não havendo nos demais evidências conclusivas. Desta forma, Maccoby e Jacklin evidenciaram o quanto crenças populares sobre diferenças entre homens e mulheres permeavam os trabalhos científicos e burlavam a exaltada imparcialidade científica.

Os trabalhos de Wilson (1975), criador da Sociobiologia, também se destacaram nessa época. Impulsionando mais ainda o determinismo biológico, a Sociobiologia trouxe a esta abordagem força e fama. Herdeiros de Darwin, acreditavam que as necessidades de evolução e adaptação determinavam todos os comportamentos, os quais eram explicados em termos da hereditariedade genética e do funcionamento neurônico.

As teorias sociobiológicas tornaram-se mais populares nos países anglófonos. Essas teorias, segundo Badinter (1993), afirmam que o sexo é útil somente na reprodução, pois nos demais momentos agiria como “uma força anti-social”. Os estudos sociobiológicos, buscando justificar as coisas mais diversas como estando inscritas no corpo da pessoa, realizam associações do ser humano com outros animais e até vegetais. A autora exemplifica tal fato citando o trabalho de Barash (1979), que comparou o homem às abelhas, minhocas, gansos, flores fêmeas, entre outros seres vivos, para explicar o estupro como algo da natureza humana.

Uma outra boa ilustração do determinismo biológico é o trabalho antropológico de Ortner (1979), que procurou justificar a subordinação feminina relacionando a mulher à natureza e o homem à cultura. Ortner alegava que a diferença de disposição corporal na mulher e no homem os leva a exercer atividades diferentes, das quais derivariam os papéis sociais femininos e masculinos, que, por sua vez, foram incorporados à estrutura psíquica. Observa-se que apesar de Ortner tentar dotar de algum valor social a construção cultural dos

status masculino e feminino, recorreu a explicações universalizantes de cunho biológico para justificar a origem desta organização social (Badinter, 1993; Citeli, 2001; Ramirez, 2002; Spence et al., 1985).

Concomitantes aos estudos da Sociobiologia, surgiram as teorias de androginia, principais responsáveis por eliminar a suposição de bipolaridade. Um dos teóricos que se destacou neste movimento, foi Bem (1974, 1979, 1997) que promoveu explicitamente a androginia como um ideal e descreveu a aquisição dos papéis de gênero na base do desenvolvimento cognitivo de crianças pequenas (0 – 6 anos). Supunha que em decorrência da história, a cultura viria agrupando uma coleção de atributos heterogêneos em duas categorias exclusivas, sendo cada categoria mais característica e mais desejável a um dos dois sexos. A perspectiva da androginia negava qualquer determinação biológica quanto aos papéis de gênero. Ela afirmava que padrões de comportamento são aprendidos pelas crianças pequenas que ordenam seus mundos baseados no sexo biológico e adotam o sistema organizacional dos adultos que lhes serve de modelo.

Segundo Bohan (1993), embora considerassem influências socioculturais sobre gênero, os teóricos da androginia mantinham ainda perspectivas consistentes com as abordagens anteriores. Para a autora, ao situar gênero como um constructo de origem individual, eles mantinham uma perspectiva essencialista de gênero. E eles também sustentavam uma perspectiva singular de masculinidade e de feminilidade.

Conforme Araújo (2005), a luta pela igualdade, no início do movimento feminista, se sobrepôs à questão da diferença. Somente na segunda metade da década de 1970 e no decorrer dos anos 1980 que o debate sobre a igualdade-versus-diferença tornou-se o centro das discussões. Atribuindo à diferença uma valência positiva, as mulheres passaram a defender a igualdade na diferença. Começou-se a discutir, dentre outros temas, as diferenças culturais e o reconhecimento da diversidade cultural de gênero.

2.1.1

Os papéis de gênero e os movimentos políticos

Buscando alcançar o propósito inicial, os pesquisadores perceberam a necessidade de mudar o foco de análise para a questão dos papéis de gênero. Determinados sócio-culturalmente e internalizados pelos indivíduos, papéis de

gênero eram compreendidos como complexos e exigentes, pois influenciam todos os aspectos do comportamento a todo instante. Sob esta perspectiva, a masculinidade e a feminilidade passaram a serem discutidas como um papel distinto que reside dentro do indivíduo.

Neste sentido, os estudos passaram a privilegiar os processos sociais que sustentavam a assimetria dos sexos em contextos particulares, em detrimento da procura de explicações universais para a dominação masculina.

... ainda era necessário encontrar ferramentas analíticas mais adequadas para desnaturalizar a opressão. Um primeiro passo nesse sentido foi perceber que o objeto “mulher” não era suficiente para dar conta do complexo sistema de relações e representações culturais que embasavam a subordinação feminina. Era necessário compreender um conjunto de significados e concepções refletidas nas relações sociais concretas, sem o que pouco se explicariam as mudanças e permanências nas relações entre homens e mulheres. Isto fez com que muitas pesquisas mudassem seu foco de análise, da busca das origens da dominação para a construção dos significados sociais das diferenças sexuais (Simião, 2002, p.19).

Pesquisas sobre papel de gênero começaram a emergir como nunca, porém com certa complacência política. As feministas defendiam que o papel de gênero feminino era opressivo e a internalização deste era um meio de manter as mulheres em posição submissa. As pesquisas sobre papel de gênero tornaram-se instrumentos políticos, definiam problemas e sugeriam soluções (Connell, 1995).

Influenciados pelo movimento feministas de liberação da mulher, os homens começaram a reagir. Pequenos grupos de homens lutando por maior consciência começaram a aparecer em alguns países. Teóricos da masculinidade começaram a defender que o papel sexual masculino era opressivo e devia ser transformado ou abandonado.

O tema da interação torna-se cada vez mais comum nos estudos de gênero, e Goffman (1976, 1977) traz uma contribuição significativa às discussões. Baseando-se nas teorias da interação social para defender a construção social de gênero, e procurando compreender o processo social que garante a organização social através da utilização de diferenças sexuais inatas, ele desenvolveu o conceito de *gender display*². Conforme o estudioso, se gênero é definido como o correlato cultural de sexo, seja em consequência da biologia ou do aprendizado, então o *gender display* se refere a descrições convencionais desses correlatos. Ou seja, as descrições de gênero não seriam uma consequência da essência sexual

inata, mas sim do que se gostaria de transmitir sobre a natureza sexual durante a interação, utilizando-se gestos convencionalizados.

Ao final da década de 1970, artigos colocaram as mulheres em evidência como oradoras e atrizes sociais. Os movimentos feministas conseguiram trazer a mulher para o centro do conhecimento e enfatizar gênero como uma categoria de análise. Os homens e os estudiosos da masculinidade, por sua vez, começaram a realizar os primeiros questionamentos sobre a condição masculina.

Diferenciando-se cada vez mais do sexo biológico, o conceito gênero passou a ser compreendido como um sistema de signos, ou significados, designados a corpos sexualmente distintos, que servem para diferenciar o papel social e os sentidos que estes corpos devem ter. As teóricas feministas começaram a argumentar que gênero não era algo inato, biologicamente determinado, mas sim um constructo social, algo designado, implementado e perpetuado por organizações e estruturas sociais (Klages, 1997).

Conforme Klages (1997), a nova perspectiva de gênero trouxe duas grandes contribuições aos estudos deste tema: estabeleceu o social e o biológico como campos distintos, sendo o primeiro caracterizado como um produto das idéias humanas, mutável e dinâmico, e o segundo, por ser resultante do biológico, relativamente estável e imutável; e através desta distinção entre social e biológico, a teoria feminista salientou que gênero não era uma essência do indivíduo, mas uma construção social.

Nesse contexto, o termo gênero passou a ser empregue, especialmente pelas feministas anglo-saxões, como um instrumento lingüístico para acentuar os diversos aspectos socioculturais existentes nas distinções baseadas no sexo biológico (Scott, 1995). E estudos que pontuavam a dinâmica de gênero quanto à linguagem, ao discurso e à interação cotidiana começaram a emergir.

Nas últimas décadas, muitas mulheres, buscando alcançar os mesmos direitos que os homens, passaram a adotar valores masculinos, e a se comportar como eles. Contudo, esse feminismo universalista conseguiu para a mulher: dupla jornada de trabalho, profissões menos remuneradas e pressão sexual por parte dos homens mais forte do que nunca. Diante dos fatos, as mulheres passaram a perceber, aos poucos, que esta postura apenas reforçava a dominação masculina e as subjugava ainda mais. Acreditando que a igualdade era uma farsa, e que as

² Apresentação de gênero (tradução nossa).

mulheres haviam se masculinizado, assumido funções e características masculinas ao invés de desenvolverem identidade e funções próprias, as mulheres iniciaram um outro movimento. Buscando privilegiar os seus próprios valores, as mulheres passaram a defender a valorização da diferença (Araújo, 2005).

Destaca-se neste momento, a emergência de um novo grupo de feministas, as diferencialistas. Sob uma perspectiva essencialista, elas defendem a existência de uma essência sexual imutável a ambos os sexos, e que esta diferença seria o caminho para a igualdade entre eles. As diferencialistas, ou feministas maximalistas, recolocaram a ênfase nas diferenças corporais e, recentemente, no inconsciente feminino, para reencontrar a essência feminina. Elas exaltaram a maternidade como sendo o verdadeiro destino da mulher, associando-a à honra e à condição de poder, de felicidade e de regeneração do mundo. Enfatizando a separação dos sexos, as diferencialistas privilegiam o relacionamento das mulheres entre si. Algumas, inclusive, defendem o homossexualismo (Badinter, 1993).

A ideologia ginocentrista e maternalista das diferencialistas, que defendia a superioridade das mulheres sobre os homens, levou à valorização da vida privada e a compreensão desta como um modelo para a vida pública, já que é no ambiente familiar onde se aprende os principais fundamentos para ser um bom cidadão (Badinter, 1993).

Por muito tempo ainda, estudos sobre a valorização da diferenças assinalaram a desigualdade dentro da hierarquia imposta pela dominação masculina. Apesar de todos os esforços feministas, até início da década de 1980, os estudos sobre os papéis de gênero atestavam ainda a soberania dos homens na comunidade e no poder. A supremacia masculina era vista com muita naturalidade pelos cientistas

Os estudos feministas das décadas anteriores, que inicialmente foram sinônimos de êxito, transformaram-se rapidamente em alvo de críticas. Embora o objetivo primeiro das pesquisas fosse desnaturalizar a subordinação feminina, só conseguiram de fato apontar supostas origens para o problema, pouco explicando o significado da subordinação. Começou-se então a se questionar a validade dos instrumentos analíticos, em particular os baseados em dicotomias, e observou-se a necessidade de um novo foco de pesquisa.

2.2

O pós-estruturalismo e o surgimento do construtivismo

As discussões sobre poder, que estiveram em pauta nas décadas de 1960 e 1970, especialmente através de trabalhos como de Foucault; junto com as críticas emergentes aos estudos estruturalistas, por seu caráter não histórico e sua tendência em privilegiar forças estruturais deterministas sobre a capacidade individual das pessoas em agir, começaram a favorecer o surgimento de novas abordagens denominadas pós-estruturalistas e pós-modernas, como o construtivismo. Até o fim do século, o estruturalismo passou a ser visto historicamente como uma importante escola de pensamento, porém foram os movimentos desencadeados por ele, e não o estruturalismo em si, que vieram deter a atenção das pessoas (Dosse, 1991, 1994).

O construtivismo, que ao longo das próximas décadas veio a se transformar numa das abordagens mais importantes em todos os campos científicos, e particularmente nos estudos de gênero, parte do princípio de que não existe um sentido único de realidade, e que este resulta da experiência social. O construtivismo defende que não se descobre a realidade, se inventa. A experiência não reflete o que está “lá fora”, mas é um trabalho de ordenação e de organização. Conhecer é buscar formas de se comportar e de se pensar. Sob esta perspectiva, ninguém é um observador passivo da realidade, mas sim construtor ativo que busca formar e organizar sua percepção e experiência. Assim, a compreensão da realidade é uma re-presentação e não uma réplica do que está “lá fora” (Hare-Mustin e Marecek, 1988).

Representações da realidade são sentidos compartilhados que derivam da linguagem, da história e da cultura. Para Hare-Mustin e Marecek (1988), a noção de representações fíéis e acuradas é um elogio que se faz àquelas crenças que têm êxito em ajudar-nos a fazer o que queremos fazer. O construtivismo, segundo as autoras, veio desafiar a tradição científica do positivismo que concebe a realidade como fixa e possível de ser observada diretamente, sem sofrer influência do observador. Segundo elas, para o construtivismo o verdadeiro mundo objetivo deriva de toda uma subjetividade e não pode ser observado.

Hare-Mustin e Marecek (1988) salientam, ainda, que o construtivismo veio desafiar o positivismo ao duvidar da capacidade humana em distinguir fatos de valores. Conforme as autoras, o construtivismo estabelece que valores e atitudes

determinam o que são considerados fatos. O que não quer dizer que as leis formais e teorias estão erradas ou são inúteis, mas sim que são explicações baseadas num grupo de convenções sociais. Assim, enquanto o positivismo pergunta quais são os fatos, o construtivismo pergunta quais são as suposições; enquanto o positivismo pergunta quais são as respostas, o construtivismo pergunta quais são as questões.

O positivismo tradicional, segundo Hare-Mustin e Marecek (1988), considera a ciência um exemplo do uso correto da razão, dos métodos neutros e dos benefícios sociais e seus resultados. O construtivismo e o pós-modernismo, mais genericamente, vêm defender, que o conhecimento científico, como outros conhecimentos, não é desinteressado ou politicamente neutro.

Estas abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas, ajudaram, nos anos 1980, a problematizar os estudos de gênero, apontando principalmente as influências socioculturais sobre teorias e mensurações, e questionando a relação binária entre natureza e cultura. Recorrendo a trabalhos etnográficos, os cientistas sociais começaram a pontuar as diferenças existentes entre sexo e gênero nas diversas culturas. Estes estudos, realizados nas mais diversas sociedades, permitiam evidenciar a extrema variabilidade de uma sociedade a outra, inclusive quanto às atribuições sociais e psicológicas de cada sexo, e permitiam observar a efemeridade das fronteiras estabelecidas entre os sexos, bem como os meios educativos e de repressão envolvidos.

A fragilidade que se impõe entre o sexo biológico e o sexo social pôde ser observado, por exemplo, nos relatos de Mead (1949) sobre os índios do Oeste da América do Norte, os *berdaches*, e sobre os *inuit*. Na sociedade dos *berdaches*, homens e mulheres se travestem e adotam as posturas e atividades do sexo oposto, relacionando-se inclusive sexualmente com indivíduos que assumem um sexo oposto ao seu, seja ele fisicamente homem ou mulher. Já dentre os *inuit*, as crianças ao nascerem recebem uma “alma-nome”, isto é, são apadrinhadas por uma ou mais almas. Acredita-se que as crianças revivam estas pessoas, tendo assim que assumir o gênero destas, independente do seu próprio sexo biológico. As crianças são educadas e criadas conforme o sexo de sua “alma-nome”, mudando esta situação somente quando alcançada a puberdade, devido à necessidade de procriação e casamento.

Os estudos de Evans-Pritchard (1951, *apud* Journet, 2002) na África

Ocidental, onde ele observou os *nuer* e suas mulheres-marido é também um outro bom exemplo. Ocorre nesta sociedade que uma mulher, normalmente estéril, desposa outra mulher e assume o papel e as funções de marido. A procriação é realizada por um vizinho, a pedido da mulher-marido, a qual assumirá as crianças e as criará como suas, perpetuando assim uma patrilinearidade. Observa-se que nesta sociedade as tarefas e as funções sociais são determinadas pelas normas e direitos que regem as relações entre os dois sexos.

Utilizando-se de pesquisas etnográficas como estas, MacCormack e Strathern (1980), por exemplo, expõem como o estudo dos antropólogos dentro da tradição ocidental projetava suas idéias sobre o sistema de pensamento de outros povos, e como neste processo naturalizavam e universalizavam constructos, como o binômio natureza/cultura. Os autores salientaram também como este binômio influenciava as relações entre os sexos. Numa época em que a cultura era percebida como superior à natureza, associações culturais realizadas entre homem e cultura, e mulher e natureza, segundo as autoras, ajudavam a sustentar a subordinação de um sexo pelo outro na sociedade ocidental.

O trabalho editado por Ortner e Whitehead (1981) também foi de grande importância neste período. Utilizando-se das contribuições de Mead (1949), ampliaram as discussões da época ao apresentarem sexo e gênero como símbolos culturais. Os autores defendiam gênero e sexualidade como constructos culturais, e não determinações biológicas. Ao apresentarem definições de macho, fêmea, sexo e reprodução conforme os contextos sociais, ilustraram a diversidade de possibilidades de definições destes conceitos e lançaram luz sobre os fatores sociais e culturais envolvidos. Concluíram ainda que a organização social determina prestígio e status e que estes são parte da estrutura social que tem maior impacto direto sobre gênero e sexualidade.

Assim, de forma cada vez mais intensa, os cientistas sociais passaram a defender que a dicotomia natureza/cultura correspondia a uma concepção cultural particular, não podendo ser postulada como universal. Pontuou-se que os modelos de natureza, cultura e gênero, bem como as associações metafóricas são tão diversas quantas são as sociedades. A evidente necessidade de considerar o contexto sócio-histórico ao se interpretar o pensamento cultural impulsionou ainda mais os pensamentos pós-modernos.

A nova compreensão dos fatos buscava a desnaturalização do gênero, ou

seja, que ele não se fundamentasse mais em fatos naturais, mas históricos, permitindo relativizar o conceito de dominação. Devido a estas reformulações, houve a necessidade de agrupar homens e mulheres no mesmo sistema de análise, ou seja, situando o conceito de gênero como uma categoria de análise relacional, logo, dinâmica (Ramirez, 2002; Simião, 2002).

Trabalhos da década anterior, que já traduziam a perspectiva pós-estruturalista, ajudaram nas discussões sobre gênero neste período. Foucault, por exemplo, contribuiu consideravelmente para as discussões pós-modernas de gênero. Em seu livro “Vigiar e Punir” de 1975, o autor rompe com a concepção clássica de poder, e estabelece que este não se localiza numa instituição ou no Estado. Concebendo o poder como uma relação de forças, ele pontua que o poder está em toda parte, em toda relação, e que todo sujeito é atravessado por relações de poder, não podendo ser considerado independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. No ano de 1976, Foucault deu origem a outro trabalho muito significativo para os estudos de gênero, sua genealogia sobre a sexualidade³, na qual ele aponta a construção cultural da sexualidade e sua utilização como um mecanismo de poder.

2.2.1 A constituição da identidade em questão

Com a exaltação da construção social de gênero, a perspectiva humanista de identidade, até então vigente, começou a ser questionada nas ciências sociais e humanas. Concebendo a identidade como uma essência, algo único a cada indivíduo, imutável e estável, a perspectiva humanista ignorava qualquer influência contextual ou histórica. O pensamento pós-estruturalista emergente começou a defender a identidade como uma construção, e não algo natural, produzido pelo biológico. Os teóricos pós-estruturalistas, reconhecendo que a identidade humana é moldada pela linguagem, começaram, aos poucos, a substituir o conceito de individualidade pelo de subjetividade, marcando assim a idéia de que sujeitos são produtos de signos, ou significados, que constroem a idéia de identidade. Os sujeitos são construídos, mutáveis, sempre possíveis de

³ No Brasil, a primeira parte desta obra foi publicada em 1977, como “História da sexualidade I: a vontade de saber”.

serem redefinidos e reconstruídos (Klages, 1997).

Concomitante a este movimento, vários outros conceitos considerados como essenciais à identidade do sujeito começaram a serem questionados. As discussões sobre o caráter inato ou construído da sexualidade, por sua vez, deram origem, no início da década de 1980, a um novo campo de investigação, que se estendeu além da área acadêmica, e transformou-se também num movimento político, os estudos homossexuais.

Segundo Klages (1997), os estudos homossexuais focavam nos tipos de estruturas sociais e construções sociais que definiam as idéias sobre atos e identidades sexuais. No campo acadêmico, os teóricos da homossexualidade investigavam como as noções binárias de homossexualidade / heterossexualidade têm sido historicamente definidas, e como os tipos de sexualidade foram concebidos como normais ou anormais, morais ou amorais, em períodos e em culturas variadas.

Como movimento político, os estudos homossexuais têm desafiado a noção de sexualidades normativas. Assim como o movimento feminista, o movimento homossexual busca compreender como as categorias “normal” e “desviante” são construídas, como elas operam, como são reforçadas, afim de intervir para mudá-las ou eliminá-las.

No âmbito das discussões feministas, emergiu também neste período um movimento particular que veio afetar significativamente a psicologia, o feminismo cultural. Esta nova perspectiva, representada por autores como Chodorow (1978), Gilligan (1982) e Miller (1976), sugere que a experiência de meninas e mulheres é distinta da experiência de meninos e homens, gerando assim modos distintos de pensar, julgar e de se relacionar. Defendendo traços femininos como iguais ou até mesmo preferíveis aos traços masculinos, o movimento cultural feminista forneceu uma concepção alternativa ao lugar da mulher na ordem social, e contribuiu significativamente para a meta feminista de liberação da mulher do contexto opressivo sustentado pela desvalorização cultural (Bohan, 1993; Marecek, 2001).

Este movimento influenciou um grande número de estudiosos e instituições. Nos Estados Unidos, por exemplo, o *Stone Center* divulgou que a conexão com outros, a capacidade de se relacionar e a afinidade emocional são características da forma de ser das mulheres, que surgem no relacionamento entre mãe e filha. Os

estudos subseqüentes desenvolvidos nessa instituição salientaram as implicações da capacidade de se relacionar da mulher no desenvolvimento da identidade, da vida emocional, e no bem-estar psicológico. Conforme Marecek (2001), os escritos e aulas do *Stone Center* sobre a capacidade de se relacionar se tornaram estruturas chaves para a terapia e o aconselhamento centrados na mulher nos EUA.

Por outro lado, autores adeptos da vertente sociohistórica, como Fry e MacRae (1983), apontavam a existência de uma socialização diferenciada entre homens e mulheres, que seria responsável pelos diferentes estilos de vida, com condutas “apropriadas” a cada um dos sexos. Este processo gera uma série de expectativas sobre homens e mulheres, impostas por diversos mecanismos sociais, sendo qualquer desvio de comportamento reprimido de modo sutil ou violento.

No campo da Psicologia, um dos primeiros textos que privilegiou a visão construtivista sobre a questão de gênero foi escrito por Spence et al. e publicado no *The handbook of Social Psychology* de 1985. Nesse artigo, papel sexual é definido como um padrão de expectativas quanto à divisão de trabalho entre os sexos e regras de interação social relacionadas ao gênero existentes dentro de um contexto histórico-cultural particular. Pontua-se ainda que os papéis sexuais, apesar de implicarem em processos cognitivos, atitudes e preferências, distinguem-se de outros atributos diferenciadores de gênero, como traços de personalidade, que dizem respeito a disposições gerais de resposta ou auto-imagem. Salienta-se que os autores baseiam-se neste texto na distinção clássica entre papéis instrumentais e expressivos de Parsons (Parsons e Bales, 1956) para caracterizar a divisão de trabalho entre os sexos.

Os trabalhos emergentes de gênero pontuavam cada vez mais as diversas formas de diferenciação dos sexos que têm sido criadas ao longo dos anos, como comportamentos e atitudes específicas, dentro e fora de casa, que são prescritas como mais adequadas a cada sexo. Determinadas formas de se vestir, de andar, de sentar; marcas corpóreas, como furos na orelha, tatuagens, cortes de cabelo, são alguns dos diferenciadores que durante anos tiveram uma segunda finalidade, preservar a posição dos homens de domínio sobre a mulher e seu acesso aos recursos políticos e econômicos (Journet, 2002; Moreau, 2002; Spence et al., 1985).

Teóricos do discurso, West e Zimmerman (1987), fizeram uma grande

contribuição aos estudos de gênero neste período. Eles propuseram uma metodologia etnográfica sociologicamente distinta, embasada na compreensão de gênero como uma rotina metódica. Responsáveis pelo conceito *doing gender*⁴, que atribui ao gênero o sentido de um processo em constante andamento, destacam também o caráter coercitivo do poder. Eles defendem que o *doing gender* é realizado por homens e mulheres, que ao mesmo tempo em que constroem a sociedade, são reféns de suas próprias produções. *Doing gender* envolve complexos guias sociais de atividades perceptuais, interacionistas, e micropolíticas que alcançam formas particulares como expressões da natureza masculina e feminina.

Defensores de uma perspectiva interacionista de gênero, West e Zimmerman (1987), assim como outros teóricos da época, começaram a realizar críticas ao conceito de *gender display* de Goffman (1976, 1977), que vinha sendo uma das principais explicações interacionista sobre gênero, e a teoria dos papéis sociais.

Para West e Zimmerman (1987), o *gender display* de Goffman é uma dramatização de um script social da idealização cultural que se faz sobre a natureza masculina e feminina, apresentada a um público escolado no idioma. Para os autores, esta perspectiva tem equívocos fundamentais, pois atribui à interação um valor muito pequeno. Ao fazer isso, Goffman obscurece os efeitos de gênero numa vasta gama de atividades humanas. Para eles, gênero não é algo que acontece somente em poucos e pontuais momentos da interação, sem interferir nos assuntos importantes da vida.

West e Zimmerman (1987) criticam também o caráter opcional que Goffman atribui aos *gender displays*, pois para eles não se tem a opção de ser visto pelo outro como macho ou fêmea. Conforme os autores, é necessário ir além da noção de *gender display* para considerar o que está envolvido em fazer gênero como uma atividade contínua que ocorre na interação cotidiana.

Interessados em distinguir os sistemas simbólicos, ou seja, os conceitos normativos da dicotomia de gênero relatados como suposições “naturais” a cada sexo, originados em situações de interação, os autores criticam também a teoria de gênero como um papel social. Para eles, esta teoria obscurece o trabalho que está envolvido no produzir gênero nas atividades rotineiras. Eles observam que os papéis são identidades situadas, assumidas conforme a demanda do contexto.

⁴ Fazendo gênero (tradução nossa).

Diferente de muitos papéis, como “médico”, “enfermeira”, “paciente” ou “professor”, gênero não tem um contexto específico ou organizacional. Além disso, salientam eles, muitos papéis já são marcados pelo gênero, como “mecânico” e “babá”. Considerar gênero como um papel, observam os autores, impossibilita acessar sua influência em outros papéis e reduz sua utilidade explanatória na discussão sobre poder e desigualdade.

West e Zimmerman (1987) defendem que gênero não é um grupo de traços, nem uma variável, nem um papel, mas o produto de fazeres sociais de algum tipo. Para eles, o fazer social de gênero é mais do que um contínuo criar de sentidos de gênero através das ações humanas. Para eles, gênero é constituído através da interação. Num sentido, obviamente, são os indivíduos quem “fazem” gênero, mas trata-se de um fazer situado, levado adiante na presença real ou virtual de outros que são supostamente orientados para estas produções. Diferentemente de uma propriedade do indivíduo, os autores concebem gênero como uma faceta emergente das situações sociais: todas como uma resposta e uma explicação para as várias normas sociais e como uma forma de legitimar uma das mais fundamentais divisões sociais.

Salienta-se que apesar de todo os estudos nesta década destacarem a construção sociohistórica de gênero, surgiu neste período, especialmente na França, um movimento de mulheres que retomaram e desenvolveram os mesmos ideais das diferencialistas, porém priorizavam eliminar o patriarcado, as ecofeministas. Elas mantiveram a dicotomia dos sexos e afirmavam que a mulher encarnava a vida e a natureza, enquanto os homens a morte e a cultura. Diziam-se comprometidas com todos os seres vivos e com o meio ambiente, sobretudo, os ameaçados pelo homem. Defendiam que a diferença entre os animais e as mulheres era apenas de grau, enquanto que com os homens era de natureza, ou seja, retomaram as mesmas proposições dos sociobiólogos, comparando os comportamentos humanos aos dos animais (Badinter, 1993).

Segundo Badinter (1993), a intercessão entre a sociobiologia e o feminismo diferencialista está, além do essencialismo, na valorização de um sexo à custa do outro, ou seja, na separação e na opressão. Nesta perspectiva, torna-se difícil a interação entre homens e mulheres, exceto na época de reprodução. Como pontua a autora, o essencialismo “só pode oferecer uma perspectiva limitada da natureza e das potencialidades humanas. Tudo está inscrito por antecipação, sem

possibilidade de mudanças ou de criação” (Badinter, 1993, p.27).

Ao final da década de 1980, os estudiosos das ciências sociais passaram a privilegiar na diferenciação masculino/feminino as dimensões relacionais, culturais e mutáveis, e a questionar as visões universalistas, essencialistas, imutáveis e vitimadoras. Gênero passou a ser conceitualizado como construção cultural e simbólica da feminilidade e da masculinidade, transcendendo o conceito de papel sexual presente nas décadas de 1960 e 1970, que não dava conta das complexas redes de poder imbricadas nas relações.

O conceito de papel sexual - empregue até hoje em muitos estudos de gênero - tornou-se alvo de críticas. Os papéis, que se referiam a padrões ou regras arbitrários, estipulados pela sociedade como forma de definir os comportamentos de seus membros, mostravam-se agora uma explicação redutora e simplista para as relações de gênero. As discussões sobre o aprendizado dos papéis masculinos e femininos remetiam a análise aos indivíduos e as relações interpessoais, mantendo as desigualdades apenas nas interações face a face. Neste sentido, as múltiplas formas que podem assumir a masculinidade e a feminilidade, assim como as complexas redes de poder que constituem as hierarquias entre os gêneros, permaneciam sem exame (Louro, 1997; Connell, 1995).

Superando o conceito de papel sexual os estudiosos começam a voltar sua atenção para a constituição da identidade. As questões de identidade perpetuaram-se por todo campo das ciências sociais e humanas, levando estudiosos e ativistas aos campos de estudo do feminismo, do homossexualismo, do anti-raciais e das ex-colônias para repensar o papel estratégico da identidade política na prática radical contemporânea.

Conforme Louro (1997), as formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendem o sujeito como tendo identidades plurais, dinâmicas e até mesmo contraditórias. Desta forma, o sentido de pertencimento do sujeito a diferentes grupos – étnicos, de classe, sexuais, de gênero – é o que o constitui como sujeito, e é o que o faz sentir-se, muitas vezes, impelido a condutas tão díspares.

Considerando gênero como um dos elementos que institui a identidade do sujeito – assim como etnia, classe, ou nacionalidade –, ele passa a ser compreendido como algo que transcende o mero desempenho de papéis, como algo que faz parte do sujeito.

Compreendendo que gênero constitui e é constituído pelas diferentes instituições e práticas sociais, o objetivo dos estudiosos neste momento, observa Louro (1997), está em compreender como gênero atravessa a justiça, a política, a Igreja, as práticas educativas ou de governo, etc; como estas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados”⁵, ou seja, como produzem-se, ou engendram-se, dentre outros fatores, a partir das relações de gênero.

Os construtivistas mais radicais, inspirados nas idéias de Derrida⁶, começaram um movimento de defesa para que se instaurasse um regime de plena liberdade sexual, acabando assim com o dualismo de gênero e de sexo. Eles partem do princípio que derrubando as ideologias de oposição sexuais e de gênero, que só buscam a supremacia de uma pela outra, terminariam os problemas de identidade sexual (Badinter, 1993).

No início dos anos de 1990, os trabalhos pós-estruturalistas emergentes, focavam cada vez mais na relação inextrincável entre poder e conhecimento, e na forma como os indivíduos se constituem enquanto sujeitos e recebem identidades unificadas. Os teóricos desta perspectiva têm chamado atenção para as micropolíticas e enfatizam diferença, subjetividade e vida cotidiana (Petersen, 2003).

Criticas a segunda onda do movimento feminista começaram a emergir. Conforme Petersen (2003), começou-se a salientar que os estudos feministas da década de 1970, ao focar suas críticas no binômio natureza / cultura, perpetuaram um discurso que era funcionalista e essencialista em sua orientação, e tomaram o campo da biologia como uma verdade e não como um discurso aberto a intervenções.

Nesse período, um grupo de investigação filosófica que vinha se desenvolvendo no âmbito dos estudos feministas e da homossexualidade desde a década de 1980, estabelece-se como um campo particular de estudo, o *Queer*

⁵ Este termo foi utilizado por Louro (1997) e re-empregue aqui, devido à ausência na língua portuguesa de um sinônimo para o verbo *to gender*, segundo a conotação empregue na literatura de gênero de língua inglesa.

⁶ Em 1980, a desconstrução, método filosófico desenvolvido por Derrida na década de 1960, que salientava a ambigüidade fundamental da linguagem, tornou-se popular. Segundo a teoria de Derrida, a desconstrução consiste em desfazer o texto para revelar os significados implícitos neste. Encorajando a pluralidade de discursos, negando a existência de uma única verdade ou interpretação, permitiu a concepção de possíveis e novas verdades. Concebendo a representação e a linguagem como fonte primária dos discursos políticos, culturais e sociais, a desconstrução tem voltado seu trabalho para a investigação das possíveis interpretações na estrutura e lógica destes (Dosse, 1991, 1994; Hare-Mustin e Marecek, 1988).

Theory. Os estudiosos deste campo mantêm uma postura política crítica sobre tudo que seja estabelecido pelas categorias de normal e desviante, especialmente no que se refere às atividades e identidades sexuais.

Conforme Klages (1997), o *Queer Theory* insiste que todos os comportamentos sexuais, todos os conceitos que relacionam comportamentos sexuais com identidades sexuais, e todas as categorias de sexualidade normais ou desviantes, são socialmente construídos, são grupos de significados que criam certos tipos de sentido social.

Os teóricos do *Queer Theory* mantêm a mesma rejeição encontrada nos estudos feministas e da homossexualidade à concepção de sexualidade como uma categoria essencialista, mantida pelas justificativas biológica ou por julgamento de padrões de moralidade e verdade. Para eles, salienta Klages (1997), a sexualidade é uma formação complexa de códigos e forças sociais, formas de atividade individual e poder institucional, que interagem para formar as idéias do que é normativo e desviante em qualquer momento particular, e que assim operam sob a aparência de “natural”, “essencial”, “biológico” ou “feito por Deus”.

Conforme Petersen (2003), os teóricos do *Queer Theory*, junto com as feministas, têm apontado como as teorias de gênero têm se baseado, implicitamente, no dualismo heterossexual, segundo o qual machos e fêmeas aprendem a ser homem e mulher atentando para traços distintos e opostos baseados no sexo - conforme facilmente observado nas teorias da socialização. Desta forma, assume-se como natural e não problemático a atração sexual entre pessoas de sexos opostos, e como desviante as condutas homossexuais.

2.2.2

A consolidação da perspectiva sociohistórica e a luta feminista contra o sexismo

Na década de 1990, com a perspectiva sociohistórica de gênero, detalhou-se a construção social do estereótipo de gênero dominante. Os estereótipos, conforme Rodrigues et al. (2002), são representações metais que fazem parte do processo cognitivo. Eles surgem devido a necessidades de enfatizar o que há de similar entre as pessoas, não necessariamente similares, a fim de orientar as ações. Os estereótipos de gênero provêm significados coletivos, organizados e, normalmente, dicotômicos, que se tornam crenças amplamente compartilhadas

sobre o que os homens e as mulheres naturalmente são. Eles fazem parte de uma complexa rede de influências que ajudam a construir os gêneros, e estão entre os principais instrumentos usados pela sociedade nesta construção. Eles estão nos livros, filmes, imagens televisivas, nas interações entre as pessoas, nos avisos médicos, no comentário ou implicâncias de amigos, nas revistas. As pessoas são encorajadas a todo instante a agirem em conformidade com estas crenças e comportamentos estereotipados e a adotar as normas dominantes de masculinidade e feminilidade (Courtenay, 2000).

Consolidou-se nesta década uma perspectiva histórica que defendia a idéia da existência de uma ideologia comum que organizava os traços, atributos e características de cada gênero, salientando variações na ideologia ao longo dos tempos. Porém, contrariando a perspectiva ideológica, que nega variações individuais no endosso de diferentes elementos da ideologia, a abordagem histórica identifica certos elementos da ideologia com sendo relevantes para algumas formas de gênero e para outras não. Os problemas de gênero passaram a se localizar não mais no gênero em si, mas na forma como o indivíduo legitimava este.

Na segunda metade da década de 1990, masculinidade e feminilidade eram amplamente compreendidas como múltiplas e dinâmicas. Emergiram muitas publicações teóricas, novas e atualizadas, baseadas nas idéias de papel, identidade e ideologia, atentando para a nova perspectiva sociohistórica. Porém, esta nova perspectiva de gênero trouxe um novo desafio aos cientistas, a dificuldade de se abarcar tal flexibilidade de comportamentos.

Historiadores e sociólogos, descrevendo as mudanças nas relações de gênero na passagem do século XVIII para o século XX, apontaram o direcionamento dos homens e das mulheres para o trabalho e o aumento do individualismo e da competitividade entre eles (Smiler, 2004; Giddens, 1993).

As feministas, por sua vez, passaram a lutar pela igualdade, não mais tentando fazer as mulheres se assemelharem aos homens, mas defendendo o direito a diferença. Esta mudança de ênfase permitiu as mulheres romperem com velhos estereótipos e construir novas formas de se comportar, agir e se relacionar, as quais acarretaram significativas mudanças nas relações de gênero (Araújo, 2005).

Muitos estudiosos de gênero atentando para as desqualificações corporais,

intelectuais e morais que as mulheres vêm sofrendo há séculos, através de argumentos biologizantes, e preocupados em evitar e denunciar posturas sexistas, têm privilegiado desnaturalizar hierarquias de poder baseadas em diferenças de sexo. Na tentativa de colocar em evidência tais essencialismos, estudiosos de gênero buscam estabelecer em relação ao sexo a distinção entre os componentes natural/biológico, e em relação ao gênero os componentes social/cultural (Citeli, 2001).

Segundo Citeli (2001), os estudos feministas sobre gênero nos países de língua inglesa resumem-se atualmente, de forma simplista, em três linhas, apesar de na prática as interpretações e análises destas três abordagens acabarem se entremeando:

1. Analisar a presença / ausência das mulheres nas atividades científicas;
2. Realizar investigações epistemológicas a respeito das implicações do que se entende por empreendimento científico, ressaltando a autoridade epistêmica e cognitiva atribuída aos cientistas, responsáveis pelas clivagens de gênero vigentes. Coloca-se em dúvida a possibilidade e a capacidade explicativa das ciências em relação à natureza;
3. Destacar os contextos sociais em que se estrutura o conhecimento científico, buscando identificar os vieses e as metáforas de gênero no corpo do conhecimento produzido por diversas ciências, em particular a Biologia.

A autora, que volta suas pesquisas especialmente para a terceira linha de estudo acima, aponta como as ciências, especialmente a Biologia, criam pressupostos para ampliar a diferença entre os sexos, procurando justificar na natureza (no corpo) o que de fato são arranjos sociais vigentes em diferentes épocas. Nas palavras de Citeli,

... estudos feministas foram assinalando que a afirmação das ciências biológicas sobre os corpos femininos e masculinos (tanto no passado quanto no presente) não podem ser tomados como espelho da natureza porque as ciências, como qualquer outro empreendimento humano, estão impregnadas pelos valores de seu tempo (Citeli, 2001, p.133).

Esta crítica retoma uma questão antiga e presente na literatura científica. Parte dos cientistas naturais sustenta que as coisas podem ser conhecidas em si mesmas, pois seu método de investigação não deixaria marcas, enquanto estudiosos de gênero e da sociologia do conhecimento científico contestam a

suposta neutralidade do método científico, alegando que todo cientista sofre influências sociais, culturais, econômicas, políticas, éticas e emocionais.

Esses estudiosos de gênero e da sociologia do conhecimento científico questionam assim as credenciais de imunidade – nos três sentidos da palavra: isenção de ônus, resistência à infecção e desfrute de privilégios em função do cargo exercido – conferidas aos cientistas naturais por nossa sociedade, extensiva às práticas que eles empregam e ao conhecimento que produzem (Citeli, 2001, p.133).

Muitos cientistas sociais e biólogos estão preocupados com as conseqüências sociais e políticas que advém do determinismo biológico, isto é, do conjunto de teorias que concebem os comportamentos e variações das habilidades, capacidades, padrões cognitivos e sexualidade como limitações inscritas na constituição biológica, e justificam por estes as desigualdades sociais. Apesar dos avanços da ciência e de muitas teorias deterministas terem sido refutadas dentro do próprio corpo de conhecimento do qual fazem parte, continuam cada vez mais em pauta, especialmente as sexistas. Segundo Citeli (2001), isto ocorre por mérito próprio, pois os teóricos deterministas têm fornecido pesquisas cuidadosas e úteis, e, principalmente, pelo apoio da mídia que transforma as descobertas em manchetes sensacionalistas:

Machismo tem bases biológicas e diz: “Eu tenho bons genes, deixe-me reproduzir” (*Time*);

Se pegarem você dando suas voltinhas, não diga que é coisa do diabo. É seu DNA (*Playboy*);

Estupro: geneticamente programado no comportamento masculino (*Science Digest*);

Química cerebral estimula monogamia (Folha de São Paulo);

Gene pode explicar diferenças entre os sexos (O Globo).

O sucesso de tais estudos está cada vez mais em evidência, especialmente nas livrarias, onde a diversidade de livros de auto-ajuda é crescente. Os autores, recorrendo aos estudos de gênero e às ciências biológicas, buscam exaltar a superioridade, biologicamente determinada, do público em questão. Pease e Pease (2000; 2003), por exemplo, busca explicar a diferença comportamental entre homens e mulheres através de várias pesquisas neurológicas. Eles discorrem desde o porquê das mulheres serem “rabugentas” até sobre a constituição da identidade

sexual.

Mas não são poucos os estudiosos que vêm lutando contra o determinismo biológico. Michel (2002), por exemplo, criticando a Neurobiologia, questiona se os cérebros da mulher e do homem são realmente diferentes. Ela observa que até os três anos de idade os cérebros do menino e da menina são iguais. Somente quando adultos encontra-se o cérebro das mulheres, em média, 10% menor que o do homem, o que não significa que as mulheres tenham estruturas cerebrais a menos, mas sim menores do que os homens. Como é observado em alguns núcleos do hipotálamo, chegando um deles a ser cinco vezes maior no homem que na mulher. Este fato se deve a sensibilidade desta estrutura aos hormônios sexuais, que no caso da mulher proporcionam um subdesenvolvimento.

Michel (2002) pontua ainda que as diferenças existentes entre homens e mulheres na observação de estruturas cerebrais são da ordem do milionésimo, ou seja, são diferenças minúsculas, mas que se justificam publicamente por despertar a curiosidade dos leigos, que buscam respostas fáceis a questões complexas. Para exemplificar, ela cita o sucesso de um artigo na revista *Science*, no qual se afirma que o hipotálamo é menor em homossexuais machos, aparentado em volume ao da mulher. A autora defende que se deve levar em consideração o contexto sociocultural ao se julgar as aptidões de cada sexo, especialmente pelo cérebro ser praticamente andrógeno, já que as diferenças são quase inapreensíveis.

Journet (2002), por sua vez, retoma os estudos etnográficos para reforçar a construção social de gênero. Ela afirma que na maioria das sociedades a distinção de gênero é pautada no sexo anatômico. Mas longe de ser uma determinação biológica, “é o produto de um trabalho de diferenciação, de montagens educativas e simbólicas onipresentes, embora tomando formas variáveis segundo as sociedades” (Journet, 2002, p.27). Segundo a autora, o que socialmente diferencia um sexo de outro são especialmente as marcações corporais, isto é, os adornos, o vestuário... Ela ilustra isto citando os relatos sobre os meninos selvagens do século XIX, que não reconheciam a diferença entre homens e mulheres, as roupas não serviam como marcas de distinção, eram percebidas apenas numa escala de beleza, sendo as femininas de maior agrado.

Conforme Journet (2002), as marcações aplicadas aos corpos das mulheres sempre foram mais pesadas e numerosas que as aplicadas aos corpos dos homens: atadura dos pés, estiramento das cervicais, excisão (quase comparável à

circuncisão), engorda, etc. Observam-se ainda as marcações apoiadas em particularidades anatômicas e fisiológicas das mulheres, como menstruação, hímen, gravidez, parto, lactação. Cada sociedade atribui uma importância maior ou menor a cada marca, variando assim entre as sociedades o caráter simbólico dos estados fisiológicos. Contudo, enquanto algumas sociedades usam de apenas algumas destas marcas citadas, outras as multiplicam, gerando inclusive transformações na morfologia da mulher, como no caso dos *mossi* que esticam o seio delas com o ferro de fiar o algodão, na época do primeiro parto.

Há sociedades, entretanto, onde esses processos de marcação mostram-se inúteis devido ao sistema de representação da identidade sexual e dos corpos sexuados ser tão forte que se basta a si mesmo. Este é o caso dos *hausa* do Ader, estudados por Échard (1985, *apud* Journet, 2002), nos quais se observa uma oposição recorrente entre a ordem social e a ordem natural, que pauta as montagens simbólicas que orientam a construção social dos sexos e a atribuição de um sexo social a um indivíduo. Por exemplo, por acreditarem que o corpo é um espaço idealmente fechado, a mulher por menstruar e aleitar é vista como imperfeita, justificando assim sua submissão social.

Outro exemplo de povos que não usam marcações materiais são os *joola* do Sul do Senegal e do Norte da Guiné Bissau (Échard, 1985 *apud* Journet, 2002). Os rapazes obtêm o estatuto de homens conseguindo o direito à terra, à caça, à guerra, à colheita e ao casamento. Quanto às meninas, estas são reconhecidas como mulheres quando dão a luz a uma criança viva. Ou seja, o tornar-se homem perpassa rituais sociais, enquanto o tornar-se mulher perpassa eventos biológicos.

Para Journet (2002), a observação da diferença anatômica e biológica dos sexos gera noções abstratas baseadas na oposição idêntico-diferente. Isto permitiu a criação de categorias e classificações que impregnam o discurso simbólico construído sobre séries binárias, como quente e frio; alto e baixo; céu e terra. A hierarquização existente na questão sexual também se fez presente, originando associações positivas ou negativas a cada um dos sexos. Por exemplo, em certas sociedades mexicanas, ser homem é ser quente, enquanto ser mulher é ser fria (boa, doce, generosa). Nas palavras da autora,

as representações que constroem a diferença sexual são atravessadas por um duplo movimento: da observação da diferença dos sexos nasce um conjunto de representações, de grades de classificação que funcionam como categorias

cognitivas de cunho bem geral; mas a natureza já é apreendida segundo categorias sociais e ideológicas que a reinterpretam e lhe atribuem valores desiguais (Journet, 2002, p.32).

Citeli (2001), contudo, vai mais longe ao denunciar que as idéias científicas atuais são inspiradas ou afetadas por pressupostos culturais. Por compartilharmos dos mesmos pressupostos culturais que os cientistas, torna-se muito difícil percebermos este fato nas idéias científicas atuais. Por isso, Citeli recorre a fatos históricos da área médica para ilustrar esta interferência da cultura sobre a produção de conhecimento. Ela cita, por exemplo, o trabalho da historiadora Schiebinger (1987), no qual se observa como a desigualdade entre os sexos influenciou inclusive os desenhos de anatomia no século XVIII, diferenciando os ossos de homens e mulheres.

Outro exemplo citado por Citeli (2001) são os estudos de Martin (1996), que investigou textos de medicina e observou certo preconceito sexista ao se descrever processos da fisiologia dos homens e das mulheres. Nas citações científicas sobre o espermatozóide surgem comentários como ativo, ágil, com “caudas rápidas e fortes”; enquanto que para o óvulo os comentários são de passividade, como “à espera do espermatozóide” e “depois de fecundado levado pela trompa de Falópio”. Martin observou ainda que mesmo após terem descoberto que o óvulo é mais ativo do que se supunha, as descrições deste mudaram pouco, mantendo-se a ênfase da ação no espermatozóide.

Apesar dos cientistas naturais negarem quaisquer influências sociais, culturais ou políticas, Citeli (2001) observa que as transformações nas relações de gênero também podem ser percebidas nesta área do conhecimento. No âmbito da Primatologia, por exemplo, onde as metáforas científicas de gênero têm seu ápice, as mulheres, que estão se apropriando cada vez mais desta disciplina, têm-se apoiado na sociobiologia para contrapor a idéia da fêmea como mera espectadora da evolução. De grande valor para a biologia evolutiva e para a antropologia física, elas buscaram explicar a evolução dos primatas, em particular o que confrontou a concepção de “homem caçador” com a de “mulher coletora”, atribuindo um papel mais ativo às mulheres. Contudo, salienta Citeli, os modelos da vida social primitiva, além de serem inferências plausíveis de evidências materiais, baseiam-se em especulações culturalmente informadas, o que permite duvidar de seu valor explicativo.

Citeli (2001) destaca também a relação tensa e conturbada dos cientistas com a mídia. Ela salienta a imunidade que protege os cientistas, que não os obriga a arcar com tudo que afirmam. Esta imunidade acentua a autoridade dos cientistas sobre todos e contribui na manutenção das crenças sobre verdade, objetividade, neutralidade e rigor científicos. Para os cientistas a mídia se tornará mais forte com o passar do tempo, porém temem que o caráter sensacionalista e apelativo da mídia, o fato dela promover interesses comerciais, possa atrair o controle governamental, assuste a opinião pública e coloque em risco a credibilidade científica.

Refletindo sobre esta situação, Citeli (2001) destaca a afirmação do sociólogo Hilgartner (1990), de que o processo de popularização da ciência repousa na produção do conhecimento pelos cientistas e na disseminação de versões simplificadas, de acordo com as limitações de cada público. Ele afirma que a popularização do conhecimento e a produção de versões simplificadas são partes do processo de produção de conhecimento e não dois novos processos à parte, ou seja, um sustenta o outro.

Nos últimos anos, muitos feministas na área da biologia evolutiva e da antropologia física criaram um campo mais justo e menos androcêntrico. Muitos estudos, visando inverter as metáforas de gênero que desvalorizavam as mulheres, têm alcançado grande sucesso na mídia. Por exemplo, o artigo de Ehrenreich, na revista *Time* em 8 de março de 1999, *The Real Truth About The Female Body*, que afirmou a superioridade do corpo da mulher quanto à força, à resistência e à libido. Estudos que explicam o homossexualismo como determinação biológica/genética também têm tido projeção nos meios de comunicação. Conforme Citeli (2001), ativistas homossexuais tem acolhido e divulgado tais pesquisas por acreditarem que esta informação pode diminuir os preconceitos e retirar dos homossexuais a “culpa” por sua conduta.

Os estereótipos constituídos sobre metáforas de ordem biológica não são facilmente derrubados. Apesar das críticas que se acumulam diante das mudanças políticas, tecnológicas e culturais, eles permanecem inscritos no imaginário social, quase como mitos, durante muito tempo. Reconhecendo este fato, Citeli (2001) propõem utilizar a cultura essencialista e volúvel de hoje – que hora exalta o masculino, hora o feminino – para superar os preconceitos vigentes. Para ela, basta mudar a tradução da natureza pelos cientistas, pois “a ciência projeta o

universo cultural, moral e político de seu tempo como natural e, por isso mesmo, ajuda a legitimá-lo” (Citeli, 2001, p.143).

Atualmente, a maioria dos estudos de gênero baseia-se numa visão construtivista. Eles contestam o determinismo biológico e afirmam a plasticidade humana. Apoiados em estudos da antropologia social e cultural, da história e da sociologia sobre masculinidade e feminilidade, defendem que não existe um modelo único destas, mas sim que elas variam conforme os tempos e os lugares. Ressaltam que as sociedades não se restringem a anatomia ou biologia para definir e afirmar a identidade sexual. Com o objetivo de identificar, orientar e corrigir as marcas da pertença sexual, as sociedades desenvolvem, entre outros, processos simbólicos, educativos e físicos (Journet, 2002; Moreau, 2002; Spence et al., 1985). O macho e a fêmea são compreendidos como aspectos da humanidade; e a masculinidade e a feminilidade como conceitos relacionais e reativos, pois só se define um em relação ao outro e, não sendo absolutos, reagem às transformações um do outro.

2.3

As recentes discussões nos estudos de gênero

O conceito gênero é amplo e já foi muito teorizado e estudado sob diversos prismas: interação; experiência pessoal e identidade; sistema simbólico e discursivo; estrutura social e institucional. As múltiplas facetas de gênero tornam o conceito difícil de ser apreendido em sua totalidade, contudo, estudos que cruzem alguns dos possíveis níveis de análise trazem oportunidade de se desenvolver novas perspectivas sobre o social, o cultural e a vida pessoal.

Por mais de duas décadas, os estudiosos de gênero têm utilizado como estratégia de análise deliberar sobre apenas uma única perspectiva. Mesmo assim trouxeram grandes contribuições ao conhecimento. As micro-análises serviram de terreno fértil às feministas que defendiam gênero como uma construção sociohistórica e não como uma determinação da natureza.

Os teóricos construtivistas tomaram a frente dos estudos de gênero e passaram a estudar as diversas práticas sociais, muitas inscritas no cotidiano, que passavam pelas variações de sexo biológico e por um amplo leque de comportamentos individuais, até chegarem ao aparente mundo “natural” de dois

gêneros presente na cultura ocidental (Thorne, 2001).

Os estudos de gênero constataram que as qualidades do conceito variam tanto quanto variam suas facetas. Por exemplo, gênero, enquanto categoria de referência pessoal e identidade, é relativamente fixo, dicotômico e extremamente relevante. Mas o gênero enquanto uma dimensão da situação social varia na organização e no sentido, assumindo qualidades mais fluidas. Assim, por mais importante que seja o conceito de gênero para o estabelecimento da identidade, estudos têm comprovado como sua organização e sentido variam conforme o contexto e se entrelaçam com outros conceitos diferentes, como sexualidade, classe social, idade e etnia.

As três décadas de estudos de gênero permitiram identificar diversas práticas cotidianas que produzem a categoria dicotômica de gênero e a faz parecer “natural”. As pesquisas permitiram ainda perceber a relação entre gênero e poder. Segundo Thorne (2001), as pesquisas sobre gênero costumam se dividir em quatro tipos de análises, conforme a tradição teórica empregue:

1. Gênero como discurso e ideologia. Por exemplo, as teorias de construção discursiva de sexo binário e estudos de campo de gênero, como boas meninas X más meninas.
2. Gênero como uma dimensão de estrutura social e instituições. Por exemplo, teorias de gênero e a condição e a pesquisa sobre o gênero dentro de organizações particulares.
3. Gênero relacionado à identidade individual, subjetiva, e psicodinâmicas. Por exemplo, teorias de gênero subjetivas e pesquisa com tópicos como culpa materna.
4. Gênero como um aspecto das situações sociais e das interações cotidianas. Por exemplo: teorias de comportamento *face-to-face*⁷ e pesquisas sobre os modelos de conversas entre homens e mulheres.

Os pós-estruturalistas, movendo-se por entre as disciplinas, têm conseguido salientar os diversos pontos de interseção entre todas estas áreas de pesquisa. Apesar dos múltiplos sentidos de gênero serem fonte de confusão, o conceito em sua multidimensionalidade tem levantado questões sobre as relações entre vários aspectos do social, cultural e da vida pessoal.

Thorne (2001), adepto à quarta linha de pesquisa citada acima, defende

que a interação social da vida cotidiana é o cenário da experiência individual, é onde surgem situações sociais e relacionais, e se reproduzem práticas diárias conectadas a estruturas sociais e simbólicas.

Apesar de tantas abordagens teóricas diferentes, atualmente, os estudiosos de gênero reconhecem que gênero é um conceito que toma forma dentro de um campo complexo de diferença e iniquidade, atravessado pela classe social, etnia, idade, sexualidade, nacionalidade, religião. Devido à variedade de contextos sociais e culturais os conceitos gênero e interação apresentam diversas dimensões. Como cada saber social prioriza uma dimensão diferente, trabalhos transdisciplinares mostram-se cada vez mais importantes, especialmente os que conjugam os saberes da Sociologia, Antropologia e Psicologia.

2.3.1

A identidade de gênero

A noção de pessoa convencionalmente adotada pela Sociologia define esta como uma agência que reivindica prioridade ontológica aos vários papéis e funções pelos quais assume viabilidade e significados sociais; e que a “coerência” e a “continuidade” desta são normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Ou seja, assume-se que conceitos como sexo, gênero e sexualidade são necessários para assegurar a “identidade” da pessoa (Butler, 2003).

No caso da identidade de gênero, não são poucas as explicações teóricas para a sua formação. Segundo McManus (1999), elas podem ser agrupadas em cinco grupos de teorias: biológicas; psicodinâmicas; externas; de construção de identidade; e *Enculturated-Lens*⁸.

As teorias biológicas caracterizam-se por enfatizar a influência de genes e hormônios na formação da identidade de gênero. Sob esta perspectiva encontra-se a Sociobiologia. Adeptos desta abordagem, Pease e Pease (2000) explicam que todo corpo e cérebro humanos são inicialmente de mulher e que somente entre a sexta e oitava semana de gestação, caso o feto seja de um menino (XY), se desenvolvem células especiais que provocam a circulação de grandes quantidades de hormônios muito presentes nos homens, denominados androgênios, responsáveis pela formação dos testículos e pela configuração do cérebro para

⁷ Cara-a-cara (tradução nossa).

⁸ Lentes da enculturação (tradução nossa).

traços e comportamentos masculinos. Contudo, se não for ministrada a dose certa de hormônio, devido a problemas orgânicos ou medicações do bebê ou da mãe, o menino pode crescer com uma essência feminina. Nas palavras dos autores,

Quando este feto não recebe na época certa a quantidade suficiente de hormônio, duas coisas podem acontecer. Primeiro, nascer um menino com o cérebro estruturalmente mais feminino que masculino e que provavelmente vai se descobrir gay na adolescência. Segundo, um bebê geneticamente do sexo masculino, com os genitais correspondentes e o funcionamento do cérebro inteiramente feminino – um transexual (Pease e Pease, 2000, p.151).

As mulheres também não escapam a este processo. Contudo, na situação de um feto de mulher (XX) deve ocorrer o processo inverso, ou seja, não pode haver a circulação de grandes quantidades de hormônios androgênicos, caso contrário elas também correm o risco de apresentarem uma essência divergente de seu sexo físico, ou seja, masculina.

Conforme Pease e Pease (2000), 10 por cento das mulheres têm cérebros masculinizados e 15 a 20 por cento dos homens têm cérebros estruturados de modo feminino. Para os que ficam na curiosidade sobre sua própria configuração cerebral, os autores oferecem o “teste de estruturação do cérebro” (Pease e Pease, 2000), desenvolvido pela geneticista britânica Moir, para apontar a feminilidade e a masculinidade dos próprios padrões cerebrais. O teste baseia-se na análise de valores, estilos, comportamentos, orientação e escolhas, os quais seriam reflexos da quantidade de hormônio androgênicos recebidos por volta da sexta à oitava semana de gestação.

Atualmente, os sociobiólogos reconhecem três fases na constituição da identidade sexual. Primeiro ocorre o sexo genético com o surgimento do embrião, para em seguida ter origem o sexo gonádico, quando o Y determinará a produção do testículo e o X manterá o ovário, formando-se assim o sexo corporal, que será o declarado na certidão de nascimento. Soma-se ainda a esses três sexos o psíquico, isto é, aquele exercido pelo indivíduo. Mas e nos casos de anomalia, qual dos quatro sexos serve de referência? Neste caso, depende única e exclusivamente da escolha das pessoas envolvidas.

A identidade sexual é sem dúvida uma questão enigmática, e a medicina vem tentando solucioná-la. Hoje, além de se poder escolher o sexo do filho, caso a criança não venha a se sentir confortável com sua identidade sexual, poderá mudar

de sexo a seu bel-prazer. Os tratamentos para mudança de sexo estão cada vez mais eficientes e acessíveis. A revista *Veja* de 16 de julho de 2004, divulgou uma reportagem polêmica: a junta médica alemã havia permitido que um garoto de 13 anos começasse a tomar hormônios para iniciar o processo de troca de sexo. Hoje, Johanna, aos 14 anos é a pessoa mais jovem a passar por um tratamento deste, e espera ansiosa a cirurgia de transgenitalização, que só poderá realizar aos 18 anos de idade (Schelp, 2004).

Conforme a reportagem citada, a ciência ainda não descobriu porque certas pessoas não se sentem confortáveis com a própria identidade sexual. A psiquiatra Carmita Abdo, coordenadora do Projeto de Sexualidade do Hospital das Clínicas de São Paulo, afirmou que “Estima-se que um em cada 30.000 homens e uma em cada 100.000 mulheres sintam, desde criança, que seu sexo biológico não condiz com seu sexo psicológico” (Schelp, 2004, p.56).

Explicar a formação intrapsíquica da identidade de gênero é justamente o objetivo das teorias psicodinâmicas. Sob esta perspectiva encontrariam-se as teorias psicanalíticas, com a ênfase nos conflitos psíquicos internos da criança ao invés de pressões externas, como, por exemplo, os conceitos freudianos de conflito edípico e inveja do pênis; e as teorias cognitivo-comportamentais, que dariam destaque aos estágios do desenvolvimento mental, como, por exemplo, a teoria de Kohlberg de que as crianças são inevitavelmente levadas por seu próprio processo cognitivo a escolher gênero como um princípio organizador das regras sociais que governam o comportamento deles próprios e de seus pais (McManus, 1999).

Analisando a formação intrapsíquica da identidade de gênero, Badinter (1993) afirma que Freud foi o primeiro a apontar a identificação como o principal processo na aquisição de uma identidade (social ou psicológica). Porém, foram os trabalhos de Erikson (1950; 1959) que distinguiram no processo de identificação o caráter positivo de inclusão e o caráter negativo de exclusão. Ou seja, se reconheceu que o sujeito define-se pelas semelhanças com alguém e pelas diferenças com outrem. Inclusive, pesquisas sobre identidade de gênero têm constatado como o reconhecimento do dualismo de gênero pelas crianças as ajuda a consolidar o sentimento de identidade.

O termo identidade de gênero, no entanto, foi cunhado, principalmente, pelos trabalhos psicanalíticos de Stoller, a partir da década de 1960. Dedicando-se

ao estudo da transexualidade, Stoller (1993) distinguiu na constituição da identidade de gênero os conceitos sexo, gênero e núcleo de gênero.

Stoller (1993) compreende a identidade de gênero como a mescla de masculinidade e feminilidade, que, segundo ele, estão sempre presentes no indivíduo, variando apenas em forma e grau entre as pessoas. A identidade de gênero, para o estudioso, implica em motivações psicológicas, que determinam o comportamento. Ela se iniciaria pela socialização, responsável pela percepção de si como pertencente a um sexo e não a outro, e seria reforçada pela cultura, quando esta estabelece os papéis masculinos e femininos.

Sexo, para Stoller (1993), refere-se a uma condição biológica de diferenciação entre seres da mesma espécie, ou seja, macho ou fêmea. Trata-se da identidade biológica do sujeito que é reconhecida, por exemplo, pelos órgãos genitais internos e externos, e pelos cromossomos.

O gênero, segundo Stoller (1993), não se relaciona com o sexo. Para ele, gênero implica na qualidade de ser homem / masculinidade, ou ser mulher / feminilidade. Ele pontua que como qualquer qualidade, a masculinidade e a feminilidade são sentidas por quem as possui. Trata-se de um conjunto de convicções obtidas, especialmente na infância, através dos pais, e sustentadas pela sociedade.

O núcleo da identidade de gênero é o passo inicial para a formação da identidade de gênero fundamental da pessoa. Trata-se, conforme Stoller (1993), da noção que o indivíduo tem sobre seu próprio sexo, que será o vértice em torno do qual se desenvolverão a masculinidade e a feminilidade. Este núcleo forma-se antes dos dois anos de idade e persistirá até a vida adulta, quando a escolha do objeto sexual do sujeito já estará praticamente definida. O núcleo da identidade de gênero sustenta a convicção de que a atribuição do sexo foi correta, e define-se, segundo Stoller, na interação de cinco fatores: de forças biológico, em particular, a genética e a organização neurofisiológica; a definição do sexo do bebê diante da observação dos órgãos genitais externos e a reação dos pais a este fato; as influências parentais sobre o sexo do bebê e as interpretações da criança diante disto; os fenômenos “bio-psíquicos”, ou seja, o efeito de fatores contextuais, como as interações entre cuidadores e bebê, mecanismos de aprendizagem - como condicionamento e *imprinting* -, que modificariam permanentemente o cérebro do bebê (este item ocorreria concomitantemente com as influências parentais); o

desenvolvimento do ego corporal, que se dá pela qualidade e quantidade dos estímulos sensoriais vivenciados, especialmente nos genitais, que demarcam o corpo físico e as dimensões psíquicas do sexo da pessoa.

As teorias externas, por sua vez, enfatizam o que a cultura faz com o indivíduo. Conforme McManus (1999), compartilham deste ponto de vista 3 teorias: a teoria da Socialização; teoria do Esquema de Gênero, e a teoria Social-Estrutural.

A teoria da Socialização, ou Teoria do Aprendizado Social, enfatiza a influência de diferentes ambientes de aprendizagem, e dá especial atenção às crianças. Explica a aquisição de comportamentos e atitudes diferentes entre os sexos pelo mesmo mecanismo que se aplica aos demais comportamentos, ou seja, reforço e modelagem.

A teoria do Esquema de Gênero une a teoria Cognitivo-Comportamental com a teoria de Aprendizagem Social. Os esquemas são redes cognitivas internas, moldadas pela socialização, que organizam e guiam as percepções individuais. Os esquemas de gênero são redes cognitivas associadas a conceitos de masculinidade e feminilidade. Indivíduos altamente esquematizados quanto ao gênero tendem a organizar muitos de seus pensamentos, percepções e avaliações de acordo com estereótipos de gênero e símbolos.

A teoria Social-Estrutural, ou teoria Situacional, enfatiza as estruturas de coerção em crianças e adultos. Por exemplo: o fato de homens e mulheres estarem em posições diferentes e desiguais na estrutura social. Destacam a discriminação consciente e a discriminação inconsciente, ou seja, quando as pessoas não estão cientes de que seu ato é discriminatório.

Os adeptos do construtivismo, que tem sido a perspectiva teórica mais proeminente nos estudos de gênero atualmente, utilizam-se destas teorias sociais para explicar a origem dos comportamentos diferentes entre homens e mulheres. Conforme os construtivistas, gênero é construído a partir da cultura e de significados subjetivos que mudam constantemente, dependendo do lugar e do tempo. A fim de sustentar a organização social de gênero, a sociedade produz, dentre outros métodos, estereótipos (crenças) que ajudam a definir cada um dos gêneros. Por isso haveria na sociedade uma alta concordância sobre o que é considerado tipicamente feminino e masculino.

Os construtivistas salientam também as práticas socializadoras dos pais, que

desde cedo agiriam de forma diferente com meninos e meninas, devido às crenças de gênero; e os mecanismos sociais reguladores de comportamento, pelos quais crianças e adultos, ao imitarem os modelos e exemplos de gênero presentes na sociedade, os manteriam como resposta às recompensas - por se ter um comportamento de gênero adequado - e às críticas e punições - por se ter um comportamento de gênero inadequado.

Nas teorias de Construção da Identidade, enfatiza-se o compromisso consciente e pessoal do indivíduo com uma imagem específica de si próprio. Sob este ponto de vista, a escolha seria um fator presente e fundamental à formação da identidade de gênero.

Por fim, conforme a teoria *Enculturated-Lens*, de Bem (1993), a identidade de gênero seria formada na verdade por todos os processos mencionados nas teorias acima, porém enfatizando-se o contexto social e histórico. Na perspectiva de Bem, haveria dois processos fundamentais de enculturação, que sempre estão associados e operam juntos. O primeiro é a programação institucional do indivíduo vivenciada todos os dias diante da falta de opções, ou dos esquemas historicamente fabricados, para aquele determinado tempo e espaço, e que diferem significativamente para homens e mulheres. O outro é a transmissão de lições implícitas – ou metamensagens – sobre que lentes a cultura usa para organizar a realidade social, incluindo a idéia de que a distinção entre macho e fêmea, masculinidade e feminilidade, é extremamente importante (McManus, 1999).

Apesar das diferentes ênfases das perspectivas teóricas citadas, um ponto comum a elas é o fato de todas admitirem que o gênero perpassa a vida dos indivíduos com tanta amplitude que prescreve certos comportamentos e proscreeve outros, desde atributos de personalidade até atitudes, e de escolhas vocacionais até atividades de lazer.

As recentes conclusões dos estudos de gênero, entretanto, têm colocado a identidade de gênero em discussão. A filósofa feminista e pós-estruturalista Butler (2003), por exemplo, em sua genealogia política das ontologias do gênero, pontua que o corpo não é uma superfície pronta a espera de significações, mas sim “um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas” (Butler, 2003, p.59), e que noções naturalizadas e reificadas de gênero dão suporte à hegemonia masculina e ao poder heterossexista. A filósofa busca

desconstruir a aparência substantiva do gênero desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicando e localizando esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que sustentam a aparência social de gênero, com a finalidade de subverter e apontar as ilusões fundadoras da identidade.

Butler (2003) pretende desnaturalizar gênero argumentando que a concepção heterossexual binária homem / mulher é uma ficção reguladora que, através da repetição estilizada do discurso e de outras ações, ganha o status de real. Em suas palavras, gênero é “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância de uma classe natural de ser” (Butler, 2003, p.59).

Conforme a filósofa, todos os saberes que se pautam na biologia para definir gênero o têm limitado a apenas duas categorias: homem e mulher. Este posicionamento ignora qualquer outra possível manifestação de gênero ou identidade sexual e reduz gays, lésbicas, transexuais e travestis a uma malformação orgânica. A necessidade da concepção de gênero ser constantemente reafirmada através de práticas diversas indica a instabilidade deste postulado, e aponta a possibilidade de transgressão e mudança. Contudo, Butler (2003), influenciada pelas obras de Foucault, enfatiza a existência de forças constringedoras em regimes de poder e conhecimento que teriam interesse em sustentar essa realidade.

Butler (2003) questiona as próprias identidades de gênero. Ela pontua que a distinção entre sexo e gênero representa o dilema entre natureza e cultura, onde o sexo é um fato biológico e o gênero é culturalmente construído. Os sexos são, segundo ela, determinados por fatos morfológicos e constituem uma estrutura binária que aparentemente não parece ser problemática. Porém, o discurso de que o sexo está para a natureza enquanto o gênero para a cultura é, segundo Butler, uma forma de se sustentar a atual organização sexual. O dualismo do sexo é colocado num domínio pré-discursivo, como algo inato, a fim de impedir qualquer contestação a esta organização sexual, e o gênero, por sua vez, é apresentado pelos cientistas como uma construção cultural sobre este terreno neutro (o sexo). Os fatos ostensivamente naturais do sexo são, segundo a autora, produzidos e sustentados pelo discurso científico a serviço de interesses políticos e sociais.

Segundo Butler (2003) não existem identidades de gênero responsáveis pelas expressões de gênero. Para ela, gênero se dá na ação, sendo construídas pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. Ela salienta que o paradigma atual da heterossexualidade é mantido por normas e práticas reguladoras, que buscam estabelecer linhas causais de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a expressão de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. Aqueles que escapam a esse sistema e criam identidades de gênero “inteligíveis” são resumidos a meras falhas do desenvolvimento.

Conforme Butler (2003), gênero hoje é concebido sem caráter fixo, e não está restrito aos sexos, por isso, não haveria razão para permanecer em número de dois. Gênero hoje é um artifício flutuante, podendo os conceitos masculino, feminino, homem e mulher serem empregues a corpos de qualquer sexo. Neste sentido, salienta a autora, a concepção de um sistema binário de gênero, que implica na concepção de uma relação mimética entre sexo e gênero, sendo o gênero reflexo do sexo, já estaria superado.

Harding (1993), porém, defende que se mantenham as dicotomias gênero e sexo, cultura e natureza, mesmo que sendo empiricamente falsas. Para ela, estas dicotomias ajudam a estruturar a vida e a consciência. Salienta-se que a autora não nega a materialidade dos corpos ou da natureza na constituição das diferenças sexuais, contudo, pontua que a evidência natural e universal dos corpos afeta as relações sociais à medida que é significada pela cultura. Portanto, não é o corpo que determina as diferenças sexuais, mas sim a cultura ao significar o corpo. A cultura se apropria da natureza para justificar suas classificações e ordenações.

Giddens (1993), por sua vez, refletindo sobre a modernidade e as mudanças decorrentes nas relações de gênero, alerta que quanto maior for a igualdade sociocultural entre os sexos, mais chance há das formas preexistentes de masculinidade e da feminilidade convergirem para algum tipo de modelo andrógono. Em suas palavras,

à medida que a anatomia deixa de ser destino, a identidade sexual cada vez mais se torna uma questão de estilo de vida. As diferenças entre os sexos continuarão, pelo menos no futuro próximo, a serem vinculadas ao mecanismo da reprodução das espécies; mas não há mais qualquer razão para que elas se submetam a uma ruptura drástica no comportamento e nas atitudes. A identidade sexual poderia ser formada pelas diversas configurações de traços relacionados à aparência, à conduta e ao

comportamento. A questão da androginia seria estabelecida em termos do que poderia ser justificado como uma conduta desejável – e nada mais (Giddens, 1993, p.217).

Observa-se assim, que as identidades de gênero, ao mesmo tempo em que são valiosas às organizações pessoais e sociais, definindo e orientando condutas, também são responsáveis pelo aprisionamento e contenção da liberdade de expressão, e, conseqüente, discriminação das formas de ser que fogem as suas determinações. Os recentes estudos de gênero sinalizam que a transformação das identidades de gênero é uma tendência. Porém, este movimento está intrinsecamente vinculado à reformulação dos modelos políticos e sociais vigentes.